

AS CRIANÇAS COMO PRISIONEIRAS DO SEU TEMPO-ESPAÇO. Do reflexo da infância à reflexão sobre as crianças em contexto global

Catarina Almeida Tomás

Instituto de Estudos da Criança, Universidade do Minho
Portugal

Resumo

A luta global pela conquista e/ou preservação de valores, como a solidariedade, a igualdade, a inclusão, a democracia, sofre um revés quando pensamos em alguns colectivos, como as crianças, e a questão da violação dos seus direitos. Neste artigo discute-se a questão de como os processos de transformação que a globalização estão a provocar erosão nas formas institucionais tradicionais e a forma como põem em funcionamento uma forte e intensa reestruturação social, que por sua vez afecta a estrutura social, que produz novas mobilizações sócio-políticas e impulsionadoras, nomeadamente o surgimento de movimentos sociais portadores de novos valores, como os movimentos sociais de crianças (MSCs).

Palavras-Chave: Criança; Infância; Globalização

Abstract:

The global struggle for the conquest and/or preservation of values such as solidarity, equality, inclusion, democracy, suffers a set back when we think about some social groups, such as children, and the question of the violation of its rights. This article discusses how globalisation and transformation processes develop erosion in the traditional institutional forms and a strong and intense social reorganization. This affects the social structure that produces new social political mobilizations, namely the developing of social movements carrying new values, such as children social movements (CSM's).

Key-words: Children; Childhood; Globalisation.

Infância no contexto da globalização: Da ausência do discurso à inclusão no debate

Vivemos imersos na globalização mas não sabemos muito bem em que consiste. Sofremos as suas consequências mas carecemos de uma imagem exacta de como opera e qual é a sua natureza (Tejerina, 2003:8) e a sua própria definição não é consensual¹. Se Giddens define a globalização como “a intensificação de relações sociais mundiais que unem localidades distantes de tal modo que os acontecimentos locais são condicionados por eventos que acontecem a muitas milhas de distância e vice-versa” (1990:64), Santos define-a “como conjuntos de relações sociais que se traduzem na intensificação das interacções transnacionais, sejam elas práticas interestatais, práticas capitalistas globais ou práticas sociais e culturais transnacionais” (2001:90). E quando se propõem correlacionar globalização e infância, Kaufman et al (2002:4) definem globalização como um processo que abre os Estados-Nação a uma diversidade de influências que são originadas externamente às suas fronteiras. Estas mudanças implicam a diminuição da primazia das instituições nacionais económicas, políticas e sociais, e por esse motivo afectam o contexto quotidiano no qual a criança cresce e interage com a sociedade. Para estes autores, alguns dos impactos da globalização sobre as crianças são normativos. A Convenção dos Direitos da Criança (1989) apresenta-se como o principal exemplo da tentativa de legislar e regular a infância a nível internacional. No entanto, assistimos a um hiato entre os termos internacionais e a realidade local de milhões de crianças.

Para além disso, o conceito de globalização pressupõe ainda graus de intensidade, ou seja, a globalização não é linear nem consensual, aplicando-se estas características também aos processos, que não são sempre intensos nem rápidos. Santos (2001:91) defende a ideia de que “por vezes são mais lentos, mais difusos, mais ambíguos e as suas causas mais indefinidas”, nomeadamente quando se trata de reivindicar os direitos das crianças.

Podemos certamente afirmar que nas últimas décadas se produziram alterações profundas nas sociedades como até então não tinham acontecido, sobretudo do ponto de vista dos impactos. Estamos perante fenómeno multidimensional e complexo, onde se interligam e interpenetram várias dimensões, política, social, económica, jurídica e cultural.

Segundo Tejerina (2003, p.1 e segs.) produziram-se importantes mudanças nos mecanismos fundamentais de reprodução do sistema capitalista o que provocou profundas tensões. Defende que a globalização é a forma contemporânea de uma nova ou renovada economia que domina, ou que está em processo de dominar, as outras forças produtivas. Afirma que os processos de transformação que a globalização está a gerar estão a provocar erosão nas formas institucionais tradicionais e põem em funcionamento uma forte e intensa reestruturação social, que por sua vez afecta a estrutura social, que produz novas mobilizações sócio-políticas e impulsionadoras, nomeadamente o surgimento de movimentos sociais portadores de novos valores². Parece pertinente incluir aqui os movimentos de defesa dos direitos da criança e os movimentos sociais de crianças que existem em todo o mundo.

É possível identificar e enunciar formas emancipatórias, experiências, iniciativas e

lutas *por-com-das* crianças. O que parece contribuir para a progressiva inclusão das crianças na agenda sócio-política mundial, mesmo que a passos demasiadamente lentos, complexos e turbulentos. Alguns desses movimentos sociais de crianças (MSCs) são, por exemplo: o Movimento dos Sem Terrinha (Brasil), o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR – Brasil), os movimentos de crianças e adolescentes trabalhadores na África, Europa, Ásia e América Latina³ (NATs), que se organizaram, não adoptando uma perspectiva de vítimas (apesar de não o negarem), mas assumindo uma perspectiva de reivindicação da sua condição de actores sociais e de actores políticos em exercício.

Nas décadas posteriores à II Guerra Mundial os movimentos sociais proeminentes situavam-se na arena política, os Movimentos de Paz e Desarmamento Nuclear, Movimentos dos Direitos Civis, o Movimento da Libertação das Mulheres e o Movimento Ecológico, são os exemplos clássicos desse período. No final do século XX surgem ‘novos’ actores na reivindicação, ao lado dos tradicionais, como os sindicatos por exemplo, de uma outra globalização (Aguillon, 2001; Ponniah e Fisher, 2003), que tem a sua imagem mais marcante no Fórum Social Mundial (como uma iniciativa mais institucional), um lugar de encontro de uma multiplicidade de acções de resistência contra o neoliberalismo e a injustiça social e a procura e a formulação de alternativas face a uma globalização hegemónica. A globalização económica, sustentada pelo consenso económico neoliberal, tem como principal efeito a subordinação dos Estados nacionais às agências multilaterais tais como o Banco Mundial⁴ (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Mundial do Comércio (OIT). Essa subordinação é muitas vezes levada a cabo pelas políticas de ajustamento estrutural, que constituem uma “consciente e deliberada manipulação das forças do mercado para subordinar povos e governos, conduzindo a um genocídio económico” (Chossudovsky, 1997, apud Hespanha, 2001, p.174).

A violência e a injustiça, marcas das nossas sociedades, e a desigual distribuição dos recursos, em vários domínios e escalas, acentuaram os conflitos, daí decorrendo a necessidade sentida por diversos grupos sociais e instituições na “organização transnacional de resistência de Estados-Nação, regiões, classes ou grupo sociais vitimizados pelas trocas desiguais” (Santos, 2001, p.74-75). É uma globalização contra hegemónica, onde os que não têm poder se organizam, como por exemplo as organizações transnacionais de direitos humanos, os movimentos e associações de defesa dos direitos da criança, os movimentos sociais de crianças, entre outros.

Podemos afirmar desta forma, que é importante considerar as estruturas e os sujeitos constitutivos dos processos colectivos e da acção (Reis, 2001, p.110), neste caso as crianças e os adultos que com elas lutam pela melhoria das suas condições de vida e a defesa dos seus direitos.

O cosmopolitismo infantil⁵ como o modo mais ilustrativo do espaço da infância no quadro global, mesmo que considerado um projecto embrionário na tentativa de propor e accionar um quadro alternativo, concertado e global relativamente à situação da infância e à luta pelos seus direitos, é um movimento transnacional de luta pelos direitos da criança, que se revê, no papel desempenhado por organizações internacionais como *Unicef*, *Childwatch*

International, International Save the Children Alliance, Unesco, Defense of Children International, International Education Association, Global Movement for Children, PLAN, World Vision International, Alliance of Youth CEOs, entre outras; na investigação e produção científica, nomeadamente no papel preponderante da Sociologia da Infância⁶ e da Pedagogia (Sarmiento, 2000; Tomás e Soares, 2004; Rizzini, 2004), que têm contribuído para a consolidação da imagem da criança como sujeito de direitos, para o reconhecimento crítico da alteridade da infância (Sarmiento et al, 2004), e para uma mudança de paradigma, que considere as crianças actores sociais e a infância como categoria social tipo geracional desconstruindo desta forma, uma imagem abstracta da infância, negando a ideia de considerar o grupo das crianças como um grupo homogéneo; e, nas lutas, organizações, iniciativas e experiências dos MSCs.

Teremos, ainda que considerar as diferentes situações das crianças nos diferentes países e no interior do próprio país, daí a designação de infâncias ser mais precisa e daí a necessidade de considerar a heterogeneidade dos mundos sociais e culturais das crianças, desobstruindo a ideia da globalização da infância por si mesma, isto é, a globalização implicou também uma determinada homogeneização das ideias do que deve ser a *infância ideal* e que necessita de ser rapidamente combatida e alterada, nomeadamente a tese da “morte da infância” (Meyrowitz, 1985; Postman, 1983; Frønes, 1994), as teses que questionam a existência real da infância e a ideia de que a reivindicação do poder para as crianças precipitou a crise das relações de poder no mundo contemporâneo (John, 2003).

No entanto, esta luta global pela conquista e/ou preservação de valores, como a solidariedade, a igualdade, a equidade, a inclusão, a democracia, sofre um revés quando pensamos em alguns colectivos, como as crianças e a questão da violação dos seus direitos, as mulheres, as minorias étnicas, os desempregados, as minorias sexuais, os camponeses, entre outros. Assistimos a uma desvalorização e a um ataque a direitos sociais que pareciam estar consolidados e “a um adiamento interminável da sua institucionalização naqueles em que o capitalismo industrial se expandiu mais recentemente, a uma insolúvel incapacidade de garantir direitos em países que a globalização económica está a deixar para trás e a uma incapacidade de manter direitos consagrados” (Hespanha, 2001, p.175), como acontece por exemplo com o sistemático ataque aos direitos dos trabalhadores, adquiridos por décadas de lutas.

Espaço – tempo infantil: uma possibilidade?

O espaço-tempo mundial, utilizando a terminologia de Santos⁷, passa por uma profunda transformação, por uma mistura complexa de processos, onde a globalização ocupa lugar de notoriedade, assume um lugar de destaque.

E uma das “transformações mais frequentemente associadas aos processos de globalização é a compressão tempo-espaço, ou seja, o processo social pelo qual os fenómenos se aceleram e se difundem pelo globo (Harvey, 1989 cit in Santos, 2001, p.70)”. Para Santos, existem 3 classes e grupos neste processo de compressão tempo-espaço: 1) a

classe capitalista global, os que controlam (ex. executivos das empresas multinacionais), 2) os subordinados (ex. trabalhadores migrantes e os refugiados) e, 3) os que contribuem para a globalização mas permanecem prisioneiros do seu tempo-espaço local. Podemos aqui identificar alguns exemplos de milhões de crianças que contribuem para uma cultura mundial de consumo, mas permanecem (provavelmente para o resto das suas vidas) nos seus espaços vivenciais e quotidianos, como as suas ruas, aldeias ou cidades:

- As crianças que estão presas aos teares na Índia, contribuindo para uma cultura mundial de consumo de vestuário;
- As crianças portuguesas que cosem sapatos no domicílio ou nas fábricas de “vão-de-escada”, contribuindo para uma cultura mundial de consumo de calçado;
- As crianças indianas que ficam presas a tradições como os “casamentos na idade da inocência”. Apesar da oposição dos activistas pelos direitos das mulheres e das crianças contra esta forma de repressão e discriminação, os casamentos infantis continuam a acontecer na Índia actual. As crianças ficam presas ao seu espaço-tempo doméstico dominadas pelo patriarcado, como uma forma de poder que as discrimina;
- As crianças filipinas ou tailandesas vítimas de exploração sexual, contribuindo para uma cultura mundial de consumo sexual, sobretudo oriunda dos países centrais;
- As crianças de Caxemira ou do Paquistão que cosem as bolas com que se jogam os campeonatos oficiais de futebol, contribuindo para uma cultura mundial do desporto, que arrasta multidões;
- As crianças catadoras de lixo do México ou de outros países latino-americanos e países de leste, contribuindo para uma cultura mundial de consumo de material informático e vidro;
- As crianças africanas que são raptadas e assassinadas, contribuindo para uma cultura mundial de tráfico de órgãos;
- As crianças...

Muitos dos processos que se conhecem e analisam viram-se impulsionados e reforçados pela existência de um espaço mediático que reage, na maioria das vezes, à temática da infância quando associada a episódios alarmantes, distribuindo e construindo, para o efeito, determinadas imagens da infância. As mudanças tecnológicas tiveram, por conseguinte, um impacto muito preciso sobre as crianças, sobre a forma como se percebem os seus direitos e a tentativa de fazer emergir um sistema global de partilha de valores associado à infância. Contudo, estabelece-se uma tensão entre o quotidiano das crianças e a construção social que se construiu, e ainda constrói, a nível global. Carol Bellamy, Directora Executiva da Unicef⁸ lembrou os líderes dos países mais ricos (G8), que se reuniram de 8 a 10 Junho de 2004 em Sea Island, sobre a terrível situação em que se encontram as crianças dos países periféricos: 12500 crianças morrem de malária, uma criança fica órfã a cada 14 segundos devido à Sida/AIDS, a 65 milhões de meninas é-lhes

negada escolarização, mais de 160 milhões de crianças encontram-se em situação de má nutrição e 22000 de crianças morrem de diarreia, o resultado directo do não acesso a água potável e saneamento. No passado ano os líderes do G8 tinham reiterado os seus compromissos – *Millennium Development Goals* – em tornar o mundo mais seguro e mais equitativo, mas “basta rever até que ponto as promessas da modernidade permanecem incumpridas ou o seu cumprimento redundou em efeitos perversos” (Santos, 2000, p.23).

A reconstrução mediática do social merece muita atenção uma vez que chega a todo o lado, através da televisão, rádio, jornais, Internet, telemóveis de terceira geração, e os limites da capacidade de transformação social da nossa realidade quotidiana por parte de ditos meios torna-se difícil de imaginar. A consequência mais relevante é a sua capacidade de modificação das nossas categorias de tempo e espaço pelas quais ordenamos a nossa experiência (Tejerina,2003). Muitas das lutas hoje pelos direitos das crianças fazem-se por protestos e fóruns de discussão na Internet, por exemplo, o que por si só revela a existência de novas formas de conceptualizar as práticas sociais e de procurar alternativas ao que existe.

No entanto, considerando que ainda não há um movimento global que exija um comprometimento universal para proteger, garantir e promover os direitos da criança, nem uma atitude pública no sentido de exigir mudanças e acções políticas, o reforço das tradicionais acções políticas, que incluem protestos, marchas e outras acções públicas e visíveis, pelos movimentos sociais, torna-se uma exigência. Assim como o estabelecimento de redes e parcerias que de uma forma concertada desenvolva uma identidade colectiva em redor dos direitos da criança, que posteriormente se traduza numa acção, também ela colectiva, na melhoria das suas condições de vida a nível local, nacional e transnacional. Considerando, no entanto, que as crianças não têm sido vítimas passivas do processo de globalização. Em vez disso, demonstram resiliência a ela e adoptam estratégias de vida para garantir a sua sobrevivência e a das suas famílias (Bissell, 2001), seja através de iniciativas individuais e/ou colectivas, seja por lutas, experiências, iniciativas e reivindicações de movimentos sociais.

Infância: paradoxos, ambiguidades e interesses

A 20 de Outubro de 1999, a Conferência de Berlim sobre as crianças-soldados, traduziu-se numa declaração final que solicitava ao Estados a proibição da participação de crianças e jovens com menos de 18 anos em combates e apelava aos países que recrutavam efectivos com idade inferior a considerar a elevação da idade de recrutamento. A entidade responsável pela organização da Conferência, a ‘Aliança contra a utilização de crianças-soldados’⁹ elaborou um outro texto, onde condenava totalmente toda a utilização (recrutamento ou participação em combates) de crianças e jovens com menos de 18 anos. No entanto, não conseguiu demover países como a França, a Holanda, a Alemanha e o Luxemburgo, de manter a idade mínima para o recrutamento voluntário nos 17 anos. A Grã-Bretanha, apesar de ter assinado a declaração, manteve grandes reservas em relação à

alteração da idade mínima para voluntariado, 16 anos.

O compromisso obtido reflecte a situação actual das legislações na Europa quando se trata de matérias como os direitos das crianças versus interesses político-económicos. Quando distingue o público e o privado Hannah Arendt (1994) defende que há uma tensão insuperável entre interesses particulares/vitais e interesses públicos, dependentes da interacção colectiva e, portanto, do bem comum.

Se por um lado, os direitos das crianças foram sendo progressivamente adoptados em quase todo o mundo e, apesar, de todas as transformações positivas na promoção de melhores condições de vida das crianças, persistem os factores de desigualdade social, baseados em condições estruturais e em representações sociais, culturais, simbólicas e ideológicas subjacentes à idade/geração (Tomás e Soares, 2004). Pela análise dos relatórios que as ONG têm vindo a apresentar sobre a situação da infância a nível global, nomeadamente *The Progress of the Nations* (1999) e *The State of the World's Children* (2000; 2003), podemos verificar que nos últimos 50 anos a situação da infância melhorou, contudo, também podemos verificar que a situação das crianças em termos globais é complexa, porque se na maioria dos indicadores a situação de facto melhorou, noutras frentes a situação chegou mesmo a regredir. As crianças continuam a ser um dos grupos sociais mais excluídos e com mais dificuldades em alterar essa situação para um processo de inclusão. Como defende Dahrendorf (1992) o conflito social nas sociedades avançadas é o da inclusão social.

A intensificação da globalização da economia e as mudanças nas instituições sociais (família, escola, processos de socialização, justiça, etc.), sobretudo ao nível da sua desinstitucionalização, as alterações na estrutura das desigualdades sociais, as mudanças nas relações de género, nas relações intergeracionais e mesmo nas relações entre pares, a permanência de elites acima da lei e a existência de forças poderosas que obstruem as investigações e fazem pressão sobre os magistrados nos casos de pedofilia, lenocínio e abusos sexuais sobre crianças, por exemplo, terão que ser necessariamente incluídas na análise e na discussão da situação mundial das crianças, porque tem de se contextualizar a infância e as suas características e processos de alteração no todo social.

Para Tavares dos Santos, a nova morfologia social, caracteriza-se pela produção de uma diversidade de dimensões. Uma leitura crítica dessa síntese realizada pelo autor e relacionando-a com a situação das crianças no 'processo de formação global', podemos afirmar que as relações geracionais são uma das "outras transversalidades na produção da organização social, tais como as relações de género, as relações raciais, as relações entre grupos culturais e entre dispositivos poder-saber" (2000, p.16), o que origina, por sua vez, um espaço social caracterizado pela sua complexidade e multidimensionalidade, onde se incluem estruturas, posições e trajectórias diferentes entre os membros que as constituem.

Vivemos numa época em que as contradições, as disparidades, as desigualdades se tornaram mais visíveis, e não numa "modernidade reflexiva"¹⁰ como afirmam Beck, Giddens e Lash (2000), que "esquecem que a maioria da população mundial sofre as consequências de uma modernidade ou de uma globalização nada reflexiva" (Santos, 2001, p.59), o que acontece, por exemplo, com milhões de crianças que estão excluídas das

condições mínimas e dignas de um ser humano e muitas outras estão no limite dessa fronteira. Essa exclusão ocorre também ao nível da discussão da globalização e dos seus impactos nas várias esferas e dimensões (Rizzini, 2001) e grupos sociais, apesar de haver uma presença, ainda ténue, de factores de globalização associadas às crianças, mascaradas numa adopção de políticas sob a aparência de ‘modernização’. No caso de Portugal, as respostas locais aos problemas ainda se processam por esquemas alternativos, por uma sociedade-providência forte, solidariedades primárias, que de certa forma tentam compensar um Estado-providência fraco e “minimizar os efeitos excludentes do capitalismo global nos grupos sociais mais vulneráveis” (Carapinheiro, 2001, p.221).

A produção de exclusão social nas sociedades centrais, produzida de forma sistémica, fez com que surgisse a necessidade de encontrar respostas face aos problemas que afectam colectivos cada vez mais numerosos, como é o caso de determinadas infâncias (meninos de e na rua, crianças-soldados, crianças trabalhadoras, etc.), e por conseguinte, foi-se consolidando o movimento de solidariedade, porque “o que caracteriza a produção de globalização é o facto de o seu impacto se estender tanto às realidades que inclui como às realidades que exclui” (Santos, 2001, p. 71).

Para Sarmento et al (2004) se considerarmos as inconsistências da realização dos direitos das crianças, para além da sua proclamação retórica, reconheceremos que é na garantia das condições fundamentais da existência e na ruptura com as relações estruturais da sociedade que promovem a desigualdade e a exclusão que se joga o essencial da cidadania da infância. Por outras palavras, a cidadania da infância é, antes de tudo o mais, *cidadania tout court*. Nesse sentido, o movimento pela cidadania da infância (se considerarmos como “movimento” o esforço teórico e prático de extensão dos direitos da criança em toda a plenitude, promovido quer no campo científico, quer no campo da intervenção social por ONG, técnicos, profissionais e outros actores sociais, e ainda por iniciativas colectivas das próprias crianças) insere-se no conjunto das acções que visam uma globalização alternativa, anti-hegemónica, de reorganização social.

Globalização, incumprimento de obrigações e os movimentos sociais das crianças

Desde finais do século XIX que vários movimentos têm encetado acções, lutas, reivindicações e estratégias contra os mecanismos sociais, políticos, culturais, jurídicos e económicos hegemónicos que estão na origem e/ou na manutenção das desigualdades geracionais. O resultado mais visível dessa acção encontra-se na consagração formal de um conjunto de direitos consagrados às crianças. E a expansão do discurso da promoção dos direitos das crianças foi penetrando, desta forma, nas instituições sociais e políticas. Todavia estamos muito longe de uma situação ideal e plena na consagração e garantia desses direitos.

Foi sobretudo a partir do século passado, que emergiu uma *nova consciência social face à infância* (Tomás, 2000), devido em grande parte aos esforços legislativos em

promover e garantir, mesmo que na maioria das vezes apenas no campo teórico, os direitos das crianças, que se traduz, no seu máximo expoente na Convenção dos Direitos da Criança. Com o reconhecimento internacional de que todas as crianças são sujeitos de direitos, mesmo que se movam sem autonomia, podemos afirmar que começou uma nova era na história da infância, ou, por outras palavras, se “construiu” uma nova infância. E neste novo século se alguns dos objectivos continuam por atingir outros reptos se adivinham, porque mesmo face a um cenário não muito positivo sobre a situação mundial das crianças e as dificuldades que se apresentam aos diversos Estados na promoção desses direitos, há vozes que se levantam reivindicado outros caminhos a serem seguidos, uma cultura de resistência e de combate ao inconformismo. Neste contexto, e no que à infância e aos direitos das crianças diz respeito, traduz-se nas acções e lutas protagonizadas por organismos, instituições e organizações cívicas que actuam ao nível local e global. Levantam-se aqui de imediato duas questões: estaremos a assistir à globalização dos direitos das crianças? Estaremos a assistir ao estabelecimento, ou tentativa de estabelecimento, de uma política globalizada em matérias de direitos da criança?

Como foi afirmando anteriormente, ainda não existe uma rede de centros de poder que actuem como grupos de pressão, como acontece noutros casos (Nações Unidas), na defesa dos direitos das crianças apesar da presença de uma diversidade de organizações intergovernamentais de defesa dos direitos da criança, que se multiplicaram na última metade do século XX.

Como qualquer outro movimento social os movimentos sociais das crianças caracterizam-se pela acção colectiva protagonizada por crianças, jovens e adultos, que partilham entre si um sentimento de identidade colectiva que, é na maioria das vezes, antagónico aos sentimentos e interesses dos outros grupos sociais, o que origina um conflito, pela apropriação (de), participação (em) ou transformação das relações de poder ou as metas a alcançar mediante a mobilização de determinados sectores da sociedade. Os objectivos dos movimentos de crianças não são homogéneos, no entanto, para que sejam legitimados pela sociedade têm de ser reconhecidos pelos outros grupos sociais, o que origina o primeiro problema, a infância sofre de uma espécie de encantamento, o da invisibilidade.

Na acção dos vários movimentos existentes que lutam pela promoção dos direitos das crianças e na proliferação de estudos científicos sobre a infância podemos adivinhar uma tentativa de alteração dos pressupostos e práticas sociais relativas à infância sociedade, que se faz não só a nível local mas também a nível global.

As manifestações locais da violação concreta aos direitos das crianças respondem a uma lógica que funciona a nível transnacional, como por exemplo a Marcha Branca¹¹. O que leva Tejerina (2003, p.31) a afirmar que não é este ou aquele problema o que tem que se solucionar (o sintoma que denuncia a doença) mas o modelo de desenvolvimento capitalista (a doença) que os produz.

É nesta nova geometria variável local-global que, segundo o autor, se articulam as relações modernas de poder. O que acarreta desorganização sobre as bases onde se construíram a democracia liberal e o Estado-Nação. Entre aquilo que o autor considera de

decadência encontram-se vários sintomas, nomeadamente, as mobilizações por problemas concretos, o localismo.

E passadas algumas décadas é legítimo perguntar se as expectativas que a CDC, e todos os outros textos jurídicos, sectoriais e universais, que declararam preocupação pelo bem-estar das crianças e jovens e pelo direito de cidadania, com o objectivo de colmatar a lacuna da Convenção, foram cumpridas ou, pelo contrário, continuaram incumpridas. E a resposta, como veremos, não pode deixar de pender para uma certa frustração dessas mesmas expectativas.

Vários são os problemas que afectam as crianças em todo o mundo como a pobreza¹², as doenças, o extermínio e a fome. Milhões de crianças em todo o mundo são vítimas da fome, como as mortes de cinco crianças argentinas por desnutrição ou as 12 milhões de crianças (com menos de 5 anos) que, em 1998, morriam anualmente de doenças curáveis (Unicef, 2000). Os maus-tratos¹³, negligência, pedofilia, abusos psicológicos são outras realidades infantis. Assim como o tráfico de crianças com fins de prostituição ou pornografia é um problema grave que atenta contra os direitos humanos e liberdades fundamentais da infância, podemos mesmo afirmar que é uma nova forma de escravatura moderna¹⁴. A maioria das crianças que se encontra nesta situação provém de maioritariamente das classes sociais baixas, (mas é um fenómeno transversal a todas as classes, a sua visibilidade social é que é diferente) e as principais correntes deste comércio fluem, sobretudo, dos países periféricos e semiperiféricos para os países centrais. O problema acentua-se nos países periféricos como produto da pobreza. Em muitos países a situação das crianças piora ainda mais devido às dívidas externas. Na Tanzânia, metade da população é analfabeta mas um terço do orçamento é gasto para pagar a dívida. Utiliza-se mais o dinheiro para pagar as dívidas do que para investir na educação primária, por exemplo. No entanto, convém referir que o processo de marginalização de amplas camadas da população, onde estão incluídas as crianças, “que apresenta um particular dramatismo no caso dos países da periferia, tornou-se igualmente visível nos países do centro, sobretudo a partir dos anos 80, embora com distintas configurações, como no caso dos EUA, onde se verificou um forte crescimento das desigualdades” (Hespanha, 2001, p.167).

E num mundo onde as guerras persistem, as crianças têm um papel activo nelas. Segundo o Relatório da *Human Rights Watch* (HRW) - *Crianças roubadas: rapto e recrutamento no Norte do Uganda*- afirma que terão sido 20 mil as crianças e jovens raptados ao longo do percurso do Exército de Resistência do Senhor¹⁵. A situação da infância no Uganda piorou nos últimos anos, os meninos são frequentemente raptados para servir como soldados e as meninas como escravas sexuais. Segundo o director da secção dedicada a crimes contra crianças da HRW, o aumento no número de raptos é tremendamente alarmante. A maior parte das crianças raptadas foram levadas nos últimos dez meses. Neste período foram roubadas mais crianças do que em qualquer outro período do conflito.

Brett e Specht (2004) consideram que as causas que levam crianças e jovens a envolverem-se em conflitos armados são similares às causas que levam as crianças e jovens a envolverem-se em comportamentos de risco, violência, gangs, tráfico de droga e piores

formas de trabalho infantil. Defendem ainda que os programas de desmobilização das crianças soldado são e terão que continuar a ser programas que trabalhem várias dimensões, desde a erradicação da pobreza (uma das causas principais para explicar fenómeno aliada à falta de acesso à educação, à falta de alternativas viáveis de emprego/trabalho e ausência de família ou família com problemas de vária ordem), a escolarização, trabalhar com as famílias e combater preconceitos de género e estereótipos, emprego, etc. Alguns programas já avaliados surtiram alguns efeitos como os programas em Serra Leoa, mas está-se muito longe ainda da erradicação.

Podemos afirmar, assim, que “a transição da modernidade para a modernidade tardia pode ser vista como uma passagem de uma sociedade incluyente para uma sociedade excluyente, isto é, de uma sociedade cuja tónica dominante era a assimilação e a incorporação para uma sociedade que separa e exclui” (Young, 1999 cit in Hespánha, 2001, p. 163-164).

Muitos compromissos permanecem incumpridos em matéria de infância, não porque os direitos básicos de provisão das crianças sejam demasiado ambiciosos, inatingíveis ou tecnicamente impossíveis de aplicar, mas porque a agenda da infância não é ainda considerada como uma prioridade política, económica e social, e por isso mesmo escasseia e tarda o investimento (Soares e Tomás, 2004, p. 144).

Considerações Finais

Num mundo em transição como o que vivemos actualmente, a complexidade marca as nossas vivências. Não sabemos o que o futuro nos reserva, já que “o futuro parece-se cada vez menos com o passado e tornou-se assustador nalguns dos seus aspectos mais básicos. (...). Novas áreas de imprevisibilidade são muitas vezes criadas pelas próprias tentativas que visavam o seu controlo” (Beck et al, 2000, p.viii), ou seja, vivemos actualmente em sociedades de risco, onde a incerteza e a exclusão ocupam um lugar de destaque. Contudo, existem, independentemente do que o futuro nos reserva, há forças e movimentos sociais que tentam contrariar esta realidade, apresentando e reivindicando quadros alternativos ao que existe. E num mundo em que pensar se tornou uma necessidade, é fundamental pensar caminhos a serem seguidos na construção de um melhor mundo para e com as crianças.

É na urgência de um debate profundo sobre a globalização e as suas consequências que se torna fundamental incluir a participação das crianças na procura de alternativas. A ideia das crianças como um dos grupos sociais mais excluídos por este processo de globalização hegemónica é um facto, contudo teremos que ir mais além, na necessidade de incluir as crianças no debate como actores sociais de pleno direito, considerando que “as crianças, todas as crianças, transportam o peso da sociedade que os adultos lhes legam, mas fazem-no com a leveza da renovação e o sentido de que tudo é de novo possível” (Sarmiento, 2004, p.10).

A conflitualidade, a fragmentação social e a exclusão que marcam esta fase da humanidade também afectam a ciência e a forma de fazer ciência, que dá origem a uma

dualidade curiosa: “se é verdade que algumas correntes científicas continuam a esquecer-se dos problemas fundamentais, outras primam em querer identificá-los (Santos, 1994, p.244), como é o caso da Sociologia da Infância, que tenta proporcionar e garantir às crianças espaços e tempos de visibilidade, a criação e implementação do ‘quarto tempo’ (Jenks, 1993), tempo onde as crianças são consideradas cidadãs activas e por isso têm o direito de fazer escolhas informadas, a tomar decisões relativas à organização dos seus quotidianos e a influenciar e/ou partilhar a tomada de decisões dos adultos” (Soares e Tomás, 2004, p. 138).

No fundo trata-se da deslocação das crianças da margem para o centro da discussão sobre a globalização porque é necessário estudar em profundidade os efeitos que os processos de globalização têm sobre elas e a forma como respondem e reinterpretam esses mesmos impactos. Segundo Kaufman et al (2002, p.4), os programas que são desenhados e implementados para a infância e que tentam responder às suas necessidades a nível local, nacional ou transnacional são tanto mais eficazes quanto a participação das crianças for permitida. Essas políticas poderão ser mais efectivas se as crianças participarem no debate sobre a natureza das mudanças e das oportunidades que lhes dizem respeito.

Provavelmente estaremos dar um pequeno passo na luta contra uma visão distorcida da realidade, de um modelo neoliberal que não funciona, na procura de uma utopia de um mundo melhor, mais justo, mais equitativo e mais democrático para todos...inclusive para as crianças.

Notas

¹ Há uma multiplicidade de autores e teorias que discutem a natureza da globalização mediante conceitos e perspectivas diferentes: sistema-mundo (Wallerstein, 1974,1980); globalização (Giddens, 1998); cultura global (Appadurai, 1990); sistema global (Sklair, 1991); cidades globais (Sassen, 1994; Fortuna, 1997); sociedade-rede (Castells, 1996), entre outros. Face à complexidade do fenómeno vários são os autores que defendem a utilização do conceito de globalizações em detrimento do de globalização (Santos, 2001).

² Sobre este assunto cf. Delcourt (2003).

³ Sobre este assunto cf. Liebel (1994, 2000).

⁴ No entanto, a demissão do vice-presidente Joseph Stiltz do BM tornou-se num alerta. Afirmou que a globalização não funciona na actualidade, sobretudo para os pobres, o ambiente e a estabilidade económica mundial.

⁵ B. S. Santos identificou vários modos de produção da globalização, nomeadamente o Cosmopolitismo que identifica como todas as formas de intensificação das acções (solidariedade global), “contra a opressão, a exploração, contra as situações de poder desigual, de inclusão subalterna, de despromoção, sobre as vítimas, por exemplo, de discriminação sexual, étnica, rática, religiosa, etária, etc.” (2001, p.74-75). O conceito de Cosmopolitismo foi reapropriado a propósito da situação da infância (Tomás e Soares, 2004).

⁶ Em fim último, a globalização é um processo crescentemente reflexivo e considerando que a sociologia é a ciência social que de modo preferencial trata o problema da reflexividade social, a sociologia e a globalização formam um “parentesco de última hora”, utilizando a denominação de Giddens (1997).

⁷ O autor distingue quatro constelações de relações sociais que denomina por espaço-tempos estruturais: o espaço-tempo doméstico, o espaço-tempo da produção, o espaço-tempo da cidadania e o espaço-tempo mundial (1994, p. 247 e segs.).

⁸ <http://www.unicef.org/media> (último acesso em 30 de Dezembro de 2004).

- ⁹ A "Aliança contra a utilização de crianças-soldados" é composta por organizações como a Amnistia Internacional, *Human Rights Watch* e *Save the Children*. Cf. *Coalition to Stop the Use of Child Soldiers* <http://www.child-soldiers.org>
- ¹⁰ Modernização reflexiva "significa a possibilidade de uma (auto)destruição criativa de toda uma época: a da sociedade industrial. O 'sujeito' desta destruição criativa não é a revolução, nem a crise, mas a vitória da modernização ocidental" (Beck, 2000, p.2).
- ¹¹ O combate da exploração sexual das crianças tem sido intenso nos últimos anos. A descoberta dos corpos de duas crianças belgas, abusadas sexualmente levou milhares de pessoas de vários países europeus a reivindicarem os direitos das crianças, manifestando uma vontade comum de mudança. A primeira Marcha Branca realizou-se em 1996 na Bélgica. No dia 27 de Setembro de 2003, a luta contra o tráfico de crianças e redes internacionais de pedofilia reuniu vários países europeus. Todas as marchas, simultaneamente, terminaram com uma largada de balões brancos.
- ¹² Existem alguns projectos que têm como principal objectivo a redução directa da pobreza que passa recursos para famílias muito pobres que têm crianças em idade escolar, como é o caso do MISA (*Minimum Income linked to School Attendance*). Tem sido implementado como projecto-piloto em algumas áreas no Brasil e no México, tentando garantir que todas as crianças em idade escolar frequentem a escola, uma vez que os benefícios financeiros só são concedidos às famílias se as crianças frequentarem a escola. Os programas foram avaliados pela OIT e mostraram alguns benefícios reais.
- ¹³ A União Europeia consagra dez milhões de euros por ano até 2004-2008 (funciona desde 1997) para o programa DAPHNE de luta contra a violência sobre as crianças, adolescentes e mulheres. Este programa apoia acções de ONG para a prevenção da violência contra as crianças, nomeadamente campanhas de informação, estudos e serviços telefónicos de assistência às vítimas.
- ¹⁴ O Relatório sobre Tráfico de Crianças, Prostituição e Pornografia apresentado a 19 de Fevereiro de 2004 em Genebra afirma que Portugal é um dos principais destinos das rotas de tráfico de prostituição de crianças, adolescentes e mulheres oriundas do Brasil. Já em 2003 o estudo denominado Pesquisa Nacional sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes (PESTRAF) colocava Portugal na quinta posição dos países que mais atraem as imigrantes oriundas das regiões mais pobres do Brasil. Segundo o Relatório, entre 100 mil e 500 mil mulheres são exploradas sexualmente no Brasil e as vítimas têm, na sua maioria, entre 15 e 25 anos. As causas apontadas são a pobreza, a violência relacionada com as desigualdades sociais, o crime organizado e a lentidão na aplicação das medidas governamentais previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).
- ¹⁵ O Exército de Resistência do Senhor, dirigido por Joseph Kony, combate o Governo de Kampala, do presidente Yoweri Museveni, com o objectivo de implantar um regime baseado nos Dez Mandamentos. <http://www.hrw.org>

Referências

- Aguitton, C. (2001). *Le Monde nous appartient*, Paris : Plon.
- Alfageme, E., Cantos, R. e Martínez, M. (2003). *De la participación al protagonismo infantil. Propuestas para la acción*, Madrid: Plataforma de Organizaciones de Infancia.
- Appadurai, A. (1990). Disjuncture and Difference in the Global Cultural Economy. In: Mike Featherstone (org.) *Global Culture*. Londres: Sage, 295-310.
- Arendt, H. (1994) *Condition de l'homme moderne*, Paris: Ed. Calmann-Lévy.
- Beck, U., Giddens, A. e Lash, S. (2000) *Modernização Reflexiva, Política, Tradição e Estética no Mundo Moderno*, Oeiras: Celta Editora.
- Bissell, S. (2001). *Globalising Childhood*. <http://www.childrightseducation.org> (último acesso em 29.01.2004).
- Brett, R. e Specht, I. (2004), *Young Soldiers: Why they Choose to Fight*. Geneva: Organização Internacional do Trabalho e Lynne Rienner.
- Carapinheiro, G. (2001) A globalização do risco social. In: Santos, Boaventura de Sousa (org.), *Globalização, Fatalidade ou Utopia?*, Porto: Edições Afrontamento, 197-229.

- Castells, M. (1996). *La era de la informacion: economía, sociedad y cultura*. Madrid: Alianza Editorial.
- Dahrendorf, R. (1992). *O conflito social moderno: um ensaio sobre a política da liberdade*, Rio de Janeiro: Zahar Editor.
- Delcourt, L. et al. (2003). Forces et faiblesses du ‘mouvement des mouvements’. *Politique*, 28 :16-17.
- Elias, N. (1989). *O processo civilizacional: investigações sociogenéticas e psicogenéticas*, Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Fortuna, C. (org.) (1997). *Cidade, Cultura e Globalização*. Oeiras. Ed. Celta, 83-103.
- Frønes, I. (1994). Dimension of Childhood. In: J. Qvortrup, M. Bardy, M., G. Sgritta, G. and H. Wintersberger (orgs.) (1994). *Childhood Matters, Social Theory, Practice and Politics*, Inglaterra: Avebury, 145-164.
- Giddens, A. (1990). *Sociology*, Oxford: Polity Press.
- Giddens, A. (1998). *As Consequências da Modernidade*. Oeiras: Celta Editora.
- Giddens, A. (2000). *O mundo na era da globalização*, Lisboa: Presença.
- Hespanha, P. (2001). Mal-estar e risco social num mundo globalizado: Novos problemas e novos desafios para a teoria social. In: Santos, B. S. (org.) *Globalização: Fatalidade ou Utopia?* Porto: Edições Afrontamento, 163-196.
- Jenks, P. (1993). *Children’s rights: a participative exercise for learning about children’s rights in England and Wales*, London: Longman.
- John, M. (2003). *Children’s Rights and Power. Charging up for a New Century*. London: Jessica Kingsley Publishers.
- Kaufman, N. H., Rizzini, I., Wilson, K and Bush, M (2002). The impact of Global Economic, Political, and Social Transformations on the Lives of Children. A Framework for Analysis. In: N.H. Kaufman, N.H. and I. Rizzini, *Globalization and Children. Exploring Potentials for Enhancing Opportunities in the Lives of Children and Youth*, New York: Klumer Academic/Plenum Publishers, 3-18.
- Liebel, M. (1994). *Protagonismo infantil. Movimientos de niños trabajadores en América Latina*, Managua: Ed. Nueva Nicaragua.
- Liebel, M. (2000). *La otra infancia. Niñez trabajadora y acción social*, Lima: Ed. IFEJANT.
- Meyrowitz, J. (1985). L’enfant adulte et l’adulte enfant. in *Le passé et son avenir. Essais sur la tradition et l’enseignement*. Paris : Gallimard, 56-78.
- Ponniah, T. e Fisher, W. (2003). *Un autre monde est possible*, Paris : Paragon.
- Postman, N. (1983). *The Disappearance of Childhood*. Penguin: London.
- Reis, J. (2001). A globalização como metáfora da perplexidade? Os processos geo-económicos e o ‘simples’ funcionamento dos sistemas complexos. In: Santos, B.S. (org.) *Globalização: Fatalidade ou Utopia*. Porto: Edições Afrontamento, 109-134.
- Rizzini, I. (2001). Crianças, adolescentes e suas bases familiares. In: M.G. Sousa e I. Rizzini (org.), *Desenhos de família. Criando os filhos: a família goianiense e os elos parentais*, Goiania: Câne Editorial, 23-44.
- Rizzini, I. (2004). Infância e Globalização. Análise das transformações económicas, políticas e sociais. *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº. 44, 11-26.
- Santos, B. S. (1994). *Pela Mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*, Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, B. S. (org.) (1993). *Portugal: Um Retrato Singular*, Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, B. S. (org.) (2001). *Capítulo 1. Os processos de globalização*. In: Santos, B. S. (org.) *Globalização: Fatalidade ou Utopia*. Porto: Edições Afrontamento, 33-106.
- Santos, J.V.T. (2000). As novas questões globais, *Revista Crítica das Ciências Sociais*, n.º 57/58, 13 - 21.
- Sarmiento, M. J. (2000). Sociologia da Infância: Correntes, problemáticas e Controvérsias. *Sociedade e Cultura, Cadernos do Noroeste*, 13(2): 145-164.

- Sarmiento, M. J. (2004). As Culturas da Infância nas Encruzilhadas da Segunda Modernidade. In: M. J. Sarmiento, e A. B. Cerisara (2004), *Crianças e Miúdos. Perspectivas sociopedagógicas da infância e educação*, Porto: Edições Asa, 9-34.
- Sarmiento, M., Soares, N. and Tomás, C. (2004). Child social participation and active citizenship. In: A. Ross, (ed.). *The experience of Citizenship. Proceedings of the sixth Conference of the Children's Identity and Citizenship in Europe Thematic Network*. London: CiCe , 61-67.
- Sassen, S. (1994). *The Global City: New York, London*. Princeton University Press.
- Sklair, L. (1991). *Sociology of the Global System*. London: Ed. Harvester Wheatsheaf.
- Soares, N.F. e Tomás, C. (2004). Da Emergência da Participação à Necessidade de Consolidação da Cidadania da Infância...os Intrincados Trilhos da Acção, da Participação e do Protagonismo Social e Político da Infância. In: M.J. Sarmiento e A. B. Cerisara, *Crianças e Miúdos. Perspectivas sociopedagógicas da infância e educação*, Porto: Edições Asa, 135-162.
- Stiglitz, J. (2002). *A grande desilusão*. Lisboa: Terramar.
- Tejerina, B. (2003). Multiculturalismo, Movilizacion Social y procesós de Construcción de la Identidad en el Contexto de la Globalización, *Oficinas do CES*, Maio, 187:1-39.
- Tomás, C. e Soares, N. (2004). Da emergência da participação à necessidade de consolidação da cidadania da infância...os intrincados trilhos da acção, participação e protagonismo social e político das crianças, *Fórum Sociológico*, IEDS/UNL, n.º11/12: 349-361.
- Tomás, C.A. (2000). *Ter e Não Deter o Direito de Audição*. Estudo de Caso no Colégio de São Fiel, Tese de Mestrado, Coimbra, Faculdade de Economia.
- UNICEF (1999). *The Progress of the Nation*, New York:, P & LA..
- UNICEF (2000). *The State of World's Children*, New York: P & LA.
- UNICEF (2003). *The State of World's Children*, New York: P & LA.
- Wallerstein, I. (1974). *The modern World-system*. New York: Academic Press.

Correspondência

Catarina Almeida Tomás, Professora no Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho, Braga, Portugal.
E-mail: ctomas@iec.uminho.pt

Texto publicado em *Currículo sem Fronteiras* com autorização da autora.
